
OS PRECEITOS DA DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL E A SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Luciano Vaz Ferreira¹

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a influência da doutrina de segurança nacional na formação da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O estudo possui natureza exploratória, e optou-se por realizar uma revisão bibliográfica, com base em escritos de pesquisadores nacionais e internacionais. Neste estudo, constatou-se que a teoria, constituída em solo norte-americano, foi difundida nas escolas militares de formação conjunta, funcionando como provável recurso teórico para o golpe brasileiro.

Palavras-chave: Geopolítica. Segurança Nacional. Brasil.

ABSTRACT

This research aims to analyze the influence of national security doctrine in the formation of Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). This research is exploratory in nature. It was decided to conduct a bibliographic review, based on the writings of national and international researchers. In this early study, it was found that the theory created on U.S. soil was widespread in the military schools of joint formation, functioning as probable theoretical resource for the Brazilian coup d'état.

Keywords: Geopolitics. National Security. Brazil.

INTRODUÇÃO

Desde a abertura democrática, pesquisadores brasileiros intensificaram os estudos do período de ditadura civil-militar (1964-1985), tentando entender as razões do golpe e as suas consequências para a democracia brasileira.

¹ Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS), Mestre em Direito (UNISINOS), Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (PUCRS). Pesquisador da American University (Washington, DC). Professor de Direito Internacional. Assessor Jurídico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Uma das conclusões mais recorrentes diz respeito à participação dos Estados Unidos no fato.

Na leitura da obra *Geopolítica do Brasil* de Golbery do Couto e Silva, descobrem-se pensamentos comuns entre os teóricos da política externa americana e os militares brasileiros: a utilização da geopolítica com fundamento científico para as suas ações e a concepção de Guerra Fria. O “fio condutor ideológico” que une esses dois grupos é a doutrina da segurança nacional, teoria construída em solo estadunidense e difundida nas escolas de formação conjuntas, e atribuição, no Brasil, desempenhada pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Desta forma, o objetivo do presente artigo é analisar a referida doutrina da segurança nacional, criada em um ambiente de bipolarização mundial, buscando-se o caminho percorrido para a implementação dessa ideologia no Brasil. Sobre os aspectos metodológicos, é imperativo referir que a pesquisa possui natureza exploratória. Optou-se por realizar uma revisão bibliográfica, utilizando-se escritos de teóricos nacionais e internacionais.

O texto encontra-se dividido em três partes: na primeira, são apresentados os conceitos básicos da doutrina da segurança nacional e o papel do estudo da geopolítica neste processo; na segunda, estuda-se a formação do conceito de Guerra Fria, elemento importante para a doutrina de segurança nacional e usado como justificativa para golpes militares na América Latina; por fim, reserva-se espaço para explicar como tal doutrina foi inserida no contexto brasileiro. Espera-se que a singela contribuição sirva como ponto de partida, para fomentar pesquisas e discussões sobre o assunto, por vezes, esquecido no meio acadêmico.

1 A FORMAÇÃO DA DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL E O PAPEL NA GEOPOLÍTICA

A existência de duas grandes guerras, que arrasaram o continente europeu, conduziram os EUA à condição de potência atuante no cenário internacional. No entanto, a sua condição de liderança passou a ser duramente contestada com a ascensão da URSS, dotada de modelo econômico-político diverso e formidável arsenal bélico. No decorrer das conferências do final

da Segunda Guerra Mundial, o antagonismo entre esses países tornou-se evidente, especialmente, no que diz respeito à administração de territórios conquistados e à distribuição de responsabilidades no contexto pós-conflito².

Em pouco tempo, o comportamento do governo soviético passou a ser objeto de estudo de teóricos do poder. O artigo de George Kennan, diplomata norte-americano que serviu em Moscou, publicado na revista *Foreign Affairs*, foi determinante para caracterização da União Soviética como um rival inconciliável, fixando as bases para a política externa dos EUA nos anos subsequentes. A URSS é classificada como expansionista, fruto de uma união entre a ideologia marxista e as características do povo russo. Sendo assim, o objetivo do governante soviético da época, Joseph Stalin, era submeter, em longo prazo, o Ocidente aos seus interesses³.

Nesse cenário, os EUA, até então adeptos de uma visão “idealista”, que defendia a cooperação entre os países, o multilateralismo, e a paz, protegida por uma organização internacional, passaram para o “realismo”, marcado pela proteção dos interesses nacionais, pelo conflito constante e pelo ceticismo em relação à solidariedade entre as nações⁴. Observa-se que é um retorno ao modelo vigente na Europa antes da Primeira Guerra Mundial. Não é o objetivo do presente texto investigar, de maneira profunda, as razões para essa mudança, porém se entende que o desgaste do modelo idealista⁵, a troca de governo⁶ e o enrudecimento da postura soviética contribuíram para a reinvenção da política externa norte-americana⁷.

² KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências* 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999, p. 458.

³ KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*. *Foreign Affairs*. v. 25. New York: Council on Foreign Relations, 1945, p. 574.

⁴ Sobre a concepção realista das relações internacionais, MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. Brasília: UNB, 2003.

⁵ Acerca da crítica do modelo idealista, classificado como “utópico”, ver CARR, E. H. *Vinte anos de crise – 1919 -1939*. Brasília: UNB, 2001.

⁶ Franklin D. Roosevelt foi sucedido por Harry S. Truman e, posteriormente, por Dwight Eisenhower, dois adeptos de uma visão mais pragmática das relações internacionais.

⁷ Ainda que contaminado por uma visão unilateral dos fatos, a análise de Kissinger é interessante. Para o autor, houve contribuição do comportamento intransigente de Stalin, que estava mais preocupado com a aquisição de novos territórios, mentalidade advinda das antigas guerras, na construção efetiva de uma nova ordem internacional, conduzida por meio de um organismo

Kennan aponta uma estratégia para conter o inevitável expansionismo soviético: uma firme “política de contenção”, concretizada na aplicação de uma contra-força dos EUA em todos os lugares nos quais a URSS manifestasse qualquer interesse⁸. O uso das bombas atômicas no Japão, as participações norte-americanas na Guerra da Coréia e Vietnã, a implementação do Plano Marshall para reconstrução da Europa e o patrocínio de golpes de Estado militares em diversas regiões do mundo demonstram que os condutores da política externa dos EUA foram leitores de Kennan, cujas ideias foram aplicadas na prática⁹.

Assinala-se também que um dos maiores legados da política de contenção foi a criação da “doutrina de segurança nacional”. Trata-se de um conjunto de construções teóricas que visava a orientar a política norte-americana e de seus aliados frente à disputa no contexto de mundo bipolar. Seu objetivo era difundir a ideia da caracterização da União Soviética como uma ameaça à “segurança nacional”, conceito de extrema ambiguidade, que abrange, desde a proteção da integridade territorial, a expansão do capitalismo, até mesmo a defesa do *americanwayoflife*.

A geopolítica, de origem do início do século XX, desempenha um papel importante, ao fornecer um “fundamento científico” (ou “pseudocientífico”) para a doutrina da segurança nacional¹⁰. Conforme Comblin,

a geopolítica estuda a relação entre a geografia e os Estados, a sua história, o seu destino, as suas rivalidades, as suas lutas [...] e procura nos dados geográficos orientações para uma política: através dela, os Estados procuram em sua geografia os sinais de seus destinos. Ela visa ao futuro¹¹.

internacional (ONU). É claro que seria muito simplista culpar apenas Stalin pela política externa norte-americana, interventora e agressiva, conduzida por mais de meio século. KISSINGER, H. op. cit., p. 458.

⁸ KENNAN, G. op. cit., p. 581.

⁹ Não é coincidência que a “política de contenção” de Kennan transformou-se em “doutrina Truman”, por ter sido adotada amplamente pelo presidente norte-americano da época, Henry S. Truman.

¹⁰ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 23.

¹¹ Ibidem, p. 25.

O objetivo, portanto, é criar uma orientação político-estratégica, baseada na geografia. Percebe-se, portanto, que é uma abordagem de fácil assimilação pelos setores militares, pois apresenta uma linguagem deveras familiar: assim como, tradicionalmente, as forças armadas estudam o terreno de batalha para organização de suas manobras militares, os geopolíticos analisam as fronteiras e as posições geográficas para a formação de estratégias políticas.

Frédéric Ratzel (1844-1904), pai da geopolítica, apresentava uma visão biológica do Estado, concebendo-o como um organismo vivo que precisa de expansão¹². Sendo assim, os países estarão sempre em constante disputa e evolução, em uma espécie de “darwinismo” das relações internacionais. Assinala-se ainda que os escritos de Ratzel são reflexos de seu contexto e época: a necessidade de formação dos Estados nacionais na Europa, o exercício do imperialismo e a disputa das colônias ultramarinas que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

Segundo Comblin, no entanto, a geopolítica foi criticada pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente, pelo seu emprego como justificativa para o expansionismo nazista (é atribuída a Ratzel a noção de *lebensraum*, a necessidade de criação de um “espaço vital” para o Estado alemão). No entanto, ao final do conflito, foi reabilitada¹³ e estudada, juntamente com o realismo político, de forma esmerada nas escolas de formação militar. Os antigos referenciais teóricos encaixavam-se perfeitamente à suposta “rivalidade inconciliável”, idealizada pelos EUA e URSS.

A própria necessidade de subjugação dos soviéticos, para a dominação mundial, advém de escritos geopolíticos. Em 1904, o geógrafo inglês, H. Mackinder (1861-1947), desenvolveu a “Teoria do *Heartland*”. O *Heartland* seria uma grande porção de terra correspondente à Eurásia, de grande importância para a estratégia militar. Quem a controlasse poderia estabelecer uma potência anfíbia, de grande acesso terrestre e marítimo, capaz de dominar o mundo¹⁴. A URSS encontrava-se situada bem no meio do *Heartland*, motivo de grande preocupação para os EUA.

¹²COSTA, Wesley Messias da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e poder. São Paulo: USP, 1992, p. 33.

¹³ COMBLIN, J. op. cit., p. 26.

¹⁴ COSTA, W. M., op. cit., p. 81.

2 A CRIAÇÃO DO CONCEITO DE GUERRA FRIA

A adoção do realismo e da geopolítica conduzem à redefinição do conceito de guerra, elemento-chave da doutrina da segurança nacional.

Tradicionalmente, a guerra era considerada, nas palavras de Clausewitz, como a “continuação da política por outros meios”¹⁵. Possuía finalidade bem definida: assegurar os interesses do monarca, que poderia ser a conquista de novos territórios, a exploração de riquezas, a vingança por um mal sofrido, entre outros. Era uma questão típica de assuntos militares e de Estado, sem o envolvimento da população como um todo.

Com a unificação dos Estados nacionais, surgem as chamadas “guerras absolutas”. A guerra deixa de ser um embate dos reinos e seus exércitos, para ser uma luta pela própria sobrevivência da “nação”, estrutura representativa de uma etnia, língua e cultura peculiares.

De maneira similar, Ludendorff desenvolveu o que ele chamou de “guerra total” (*totalekrieg*). De acordo com o general alemão da Primeira Guerra Mundial, “a guerra é a suprema expressão da vontade de viver de uma raça”¹⁶. Esse novo conceito pressupunha a total subjugação do inimigo (as outras “nações” ou “povos”), usando-se todos os recursos (civis e militares), para atingir os seus objetivos. É, pois, uma “guerra de sobrevivência” (tal qual a disputa no “reino animal”, o que demonstra a concepção biopolítica). Inverte-se, por fim, o preceito de Clausewitz, já que é a política que deve servir a guerra e não, ao contrário. Nas palavras de Comblin, esse tipo de guerra “comanda a política e, de certo modo, absorve-a e a faz desaparecer”¹⁷.

O fim da guerra total é incerto, visto que irá durar até a destruição do inimigo. Levando-se em consideração que há sempre a possibilidade do surgimento de novas ameaças (especialmente, sob a ideia de “guerra de sobrevivência”), o conflito adquire uma natureza permanente.

Quando os teóricos norte-americanos da bipolaridade (como Kennan) montaram o conceito de guerra moderna recorreram, claramente, à guerra

¹⁵ CLAUSEWITZ, Carl. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 38.

¹⁶ LUDENDORFF, E. apud COMBLIN, J. op. cit., p.31.

¹⁷ Ibidem, p. 38.

absoluta ou total, idealizada no início do Século XX. A sobrevivência dos Estados Unidos (e do “mundo livre” que o acompanha) é assegurada com apenas a derrota total da URSS (e dominação da *Heartland*), devendo-se utilizar todos os recursos disponíveis para tanto. Kennan considerava que a luta contra os soviéticos seria uma espécie de “teste definitivo” dos EUA na condição de líder político e moral do mundo¹⁸. Kissinger, ao reconhecer a indiscutível importância do artigo de Kennan, enfatiza que “redimir a União Soviética tornou-se, deste modo, a meta política fundamental; só haveria estabilidade com o mal exorcizado”¹⁹.

Nesse contexto, dois novos conceitos ainda seriam adicionados ao cenário pós 45: o da “guerra nuclear” e “guerra revolucionária”.

A guerra nuclear é fruto da utilização da ciência nuclear para criação de um arsenal bélico, capaz de destruição incomparável. O desenvolvimento da bomba atômica pelos Estados Unidos e, posteriormente, o domínio dessa tecnologia pela URSS transformaram os rivais capazes de conduzir uma guerra, utilizando artefatos atômicos. Entretanto, o poder de destruição, propiciado pela corrida armamentista, era tão grande que logo se desenvolveu a tese da “destruição mútua assegurada”: dificilmente os antagonistas teriam a audácia de utilizar amplamente o seu arsenal; e o peso da responsabilidade em apertar o “botão vermelho”, responsável pela destruição do mundo, era um fardo muito grande para qualquer governante carregar.

Chega-se, assim, à segunda contribuição: a “guerra revolucionária”. É tida como a nova estratégia do comunismo internacional, consistindo no patrocínio de forças rebeldes, com o objetivo de executar um golpe de Estado e instituir um regime comunista em sintonia com os interesses de Moscou. A criação de governos comunistas no Leste Europeu seria a representação dessa

¹⁸ Nas palavras de Kennan: “Certamente, não houve um teste tão justo de qualidade nacional como esse aqui. Nas luzes de todas as circunstâncias, um observador atento das relações Rússia-EUA não achará razão para reclamar do desafio do Kremlin à sociedade americana. Ao invés, ele será grato à Divina Providência que, provendo ao povo americano esse desafio implacável, fez a sua segurança como nação depender de sua união e de sua aceitação da liderança moral e política que a história lhe reservou”. KENNAN, G. op. cit., p. 582.

¹⁹ KISSINGER, H. op. cit., p. 493.

estratégia. Na América Latina, era apresentada a ameaça da “cubanização” dos demais países.

Tem-se, com isso, a construção de duas espécies de inimigos: os externos, que correspondem à ameaça mais tradicional, composta pela invasão das forças armadas soviéticas e os seus aliados; e os internos, representados pelos “subversivos”, todos aqueles que são partidários do comunismo. Borges explica que

[...] o inimigo interno é todo aquele que não se pronuncia em favor do regime e ideais revolucionários, seduzido por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional). É um mal que deve ser extirpado, pois coloca em risco a segurança do país [...]²⁰.

Frente ao exposto, conclui-se que a concepção de Guerra Fria, utilizada com frequência nos escritos de segurança nacional, é um amálgama de todos esses conceitos de guerra: a Guerra Fria é total, permanente, nuclear e revolucionária.

3 A DISSEMINAÇÃO DA DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL

A doutrina de segurança nacional foi disseminada na América Latina, que adotou o seu forte conteúdo ideológico, sem entender a sua real natureza, enquanto estratégia de dominação dos EUA.

A partir da década de 40, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA criaram uma série de programas de cooperação com militares latino-americanos que, obviamente, admiravam a tecnologia bélica e organizacional americana, ainda muito incipiente nesses países.

Os EUA apresentavam excelência em educação militar. Mantinham, de maneira inovadora, desde o final da Segunda Guerra Mundial, escolas conjuntas com corpo discente, composto por membros de todas as forças

²⁰ BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO. Lucília (org.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 34.

armadas. Destacavam-se o *Industrial College of Armed Forces (ICAF)*, com ênfase em engenharia e logística, e o *National War College (NWC)*, em segurança e política externa²¹. O objetivo era a formação de líderes em suas respectivas áreas, afinados com o projeto de política externa do governo americano. No NWC, os dados apontam que existiu o acolhimento de militares estrangeiros desde a primeira turma²².

Foi criada, ainda, em 1946, a instituição que viria ser conhecida como *US. Army School of Americas – Colégio de las Américas*, situada no Canal do Panamá. Milhares de militares latino-americanos participaram de seus cursos, principalmente, os futuros ocupantes de cargos em serviços de inteligência e repressão²³.

Desta forma, os militares latino-americanos, ao estudarem, em intercâmbio ou instituições nacionais análogas (que seriam mimetizadas posteriormente, conforme o modelo norte-americano), absorveram os preceitos da doutrina da segurança nacional à sua formação.

No contexto brasileiro, foi criada, em 1948, a Escola Superior de Guerra (ESG). Sua origem reporta-se à Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil serviu com os Estados Unidos na campanha da Itália. Surpreendidos com a organização militar norte-americana, os brasileiros decidiram, após o conflito, criar uma escola nos moldes da NWC, obtendo, para isto, suporte dos EUA.

²¹ As duas instituições foram a evolução de outras tentativas de formação conjunta, iniciadas pelo Army and Navy Staff College(1943) e continuadas pelo Armed Forces Staff College(1946). Hoje, encontram-se absorvidas pela National Defense University, criada em 1976, congregando diferentes instituições(Joint Forces Staff College, National War College, Industrial College of Armed Forces, Information Resources Management College, College of International Security Affairs). NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY WEBSITE .Disponível em: <<http://www.ndu.edu>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

²² Na primeira turma do NWC, já havia seis estrangeiros. Atualmente, a National Defense University promove um extenso programa de intercâmbio. NATIONAL WAR COLLEGE INTERNET WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/nwc>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

²³ A instituição continua em funcionamento, porém foi transplantada para o solo americano e mudou de nome: chama-se Western Hemisphere Institute for Security Cooperation. A School of Americas Watch é uma organização não-governamental, criada com a finalidade de investigar o papel do School of Americas na formação dos articuladores dos golpes militares latino-americanos. SCHOOL OF AMERICAS WATCH. Acesso em: <<http://www.soaw.org>>. Disponível em: 20 abr. 2010.

Os setores militares, que já demonstravam o descontentamento com os rumos políticos do Brasil, situação mais evidente a partir da década de 60²⁴, encontraram na ESG uma oportunidade única. Acostumados com as atuações temporárias no cenário político nacional apenas em momentos de instabilidade, este era o momento para implementação de um projeto mais duradouro, que conseguisse excluir qualquer traço da ameaça comunista, fundando-se, assim, as bases para uma democracia reformada.

O recurso ideológico para a conquista e a manutenção do poder pós-golpe residiria na doutrina de segurança nacional, familiar para muitos militares brasileiros que tiveram formação no exterior e enraizada no ensino da ESG. A ligação entre a ESG e a doutrina da segurança nacional era tão forte que um dos seus principais professores, o General Golbery do Couto e Silva, ficou conhecido por ser uma das maiores autoridades na área. Seus escritos versam, justamente, sobre a geopolítica. Na obra *Geopolítica do Brasil*, existem referências diretas à biopolítica de Ratzel e à Teoria do *Heartland* de McKinder.

A geopolítica de Couto e Silva e o seu conceito de guerra fria, reproduções das construções oriundas da doutrina da segurança nacional, eram conteúdos obrigatórios na ESG. Enfatiza o autor que

a guerra moderna que se trava entre nações, mobilizando toda a força arrasadora, expandiu-se a todos os setores da atividade, não sendo ela mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas, a guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar [...].²⁵

²⁴ A paralisia do governo João Goulart, acusado de ser comunista por setores da elite (e visto com desconfiança pelos militares), foi um dos fatores para a execução do golpe. TOLEDO. Caio Navarro (org). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Stepan aponta como motivo de descontentamento a situação que ameaçava a própria existência das organizações militares: o fim das forças armadas com a instituição de milícias do povo de caráter comunista e crescente politização da classe dos sargentos, levando ao conflito de hierarquia militar. STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975, p. 115.

²⁵ SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967, p. 9.

Essa é a guerra – total, permanente, global, apocalíptica- que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada. Só nos resta a preparação²⁶.

No que diz respeito à escolha do lado da guerra, o general tenta explicar a posição de maneira científica, recorrendo à geopolítica. O Brasil se encontra no continente americano, na porção Ocidental do mundo, muito mais próximo fisicamente dos EUA do que dos URSS. Existe uma identificação, portanto, como integrantes de uma “civilização cristã”, em oposição a um “imperialismo comunista de origem exótica”²⁷.

Conforme o autor, há também relações de interesse mútuo apontadas pela geopolítica, e o Estado brasileiro ocupa uma posição estratégica, pois a sua localização geográfica permite o domínio do Atlântico Sul. O Nordeste, por sua vez, poderia ser utilizado como plataforma de ataque para incursões norte-americanas na Europa e África²⁸. Entende Couto e Silva que os brasileiros possuem um destino manifesto de proteção do “irmão do norte”, devendo receber o reconhecimento adequado por essa responsabilidade²⁹.

Estabelecida a existência da guerra total e a necessidade de Brasil assumir as suas responsabilidades geopolíticas, conforme os parâmetros apresentados acima, persuadir-se-ia, facilmente, no sentido de estabelecer que os mais capazes para comandarem a política nesse novo cenário de guerra seriam os militares.

No entanto, esses reconheciam não estarem prontos, inicialmente, para assumir tal tarefa. Neste ponto, o papel da ESG foi determinante. Na Escola, desenvolveu-se um programa, visando a transformar os oficiais de alta patente, acostumados apenas aos assuntos de caserna, em gestores públicos. Para isso, a escola propiciou uma dupla abertura em seus cursos, fundamental para a sua proposta: primeiro, permitia a participação de palestrantes civis, responsáveis por lecionar disciplinas com temáticas econômicas e sociais, ampliando o conhecimento dos alunos da ESG sobre essas áreas; e segundo,

²⁶ Ibidem, loc. Cit.

²⁷ Ibidem, p. 52.

²⁸ Ibidem, loc. cit.

²⁹ Ibid., loc. cit.

possibilitava que o seu quadro discente fosse composto por civis com curso superior, o que permitiu a formação de grupo em sintonia com o pensamento da corporação militar. Esses civis, versados na doutrina da ESG, ocupariam cargos de destaque na administração pós-golpe.

CONCLUSÃO

Como pode ser observado, a doutrina da segurança nacional, difundida pela Escola Superior de Guerra, cumpriu um papel determinante para os setores golpistas, fornecendo um conteúdo ideológico antes inexistente, capaz de permitir a realização de seus objetivos. Contudo, juntamente com a doutrina, absorveu-se uma série de referenciais teóricos, baseados no realismo político e na geopolítica, destacando-se a formulação da existência de uma Guerra Fria idealizada.

Uma grande ironia pode ser constatada. Ao se preocupar com a ameaça do “imperialismo soviético” sobre o mundo livre, interna e externa, não visualizaram que a própria adoção da doutrina de segurança nacional era a implantação de um projeto exógeno e estranho ao contexto brasileiro, baseado em conceitos ambíguos que objetivavam, na realidade, a manutenção da hegemonia norte-americana.

Como se refere a um estudo ainda de natureza exploratória e preliminar, fica ainda pendente um maior aprofundamento no sentido de descobrir como este construto teórico foi utilizado durante a ditadura civil-militar e quais as consequências institucionais desse processo, pesquisa que poderá ser realizada em nova oportunidade.

REFERÊNCIAS

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura -regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise – 1919-1939*. Brasília: UNB, 2001.

-
- CLAUSEWITZ, Carl. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1995
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Wesley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e poder*. São Paulo: USP, 1992.
- SILVA, Golbery Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*. Foreign Affairs. v. 25. New York: Council on Foreign Relations, 1945.
- KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das grandes potências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. Brasília: UNB, 2003.
- NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- NATIONAL WAR COLLEGE INTERNET WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/nwc>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- SCHOOL OF AMERICAS WATCH. Acesso em: <<http://www.soaw.org>>. Disponível em: 20 abr. 2010.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.
- TOLEDO; Caio Navarro (Org). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.